

A REPRODUÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO NA EDUCAÇÃO E SUAS REPRESENTAÇÕES NO CAMPO SOCIAL NO PERÍODO DA DISTENSÃO

GERSON CONSTÂNCIA DUARTE¹

RESUMO

A importância do estudo sobre as Políticas Públicas em Educação desenvolvidas no período do governo Geisel ganha grande destaque para entendermos melhor o processo de uma nova Identidade Nacional que se forma a partir desse novo regime, visto ter sido a Educação um importante instrumento de reprodução das ideologias do governo no projeto de reconstrução da Nação. O discurso do Estado ganhava força através das instituições oficiais como as redes estatais de mídia, a escola, a universidade e igreja que agiam como reprodutores dessas ideologias. Esses discursos, à proporção que iam se materializando nas mentalidades da população, tornavam possível a dominação ideológica por parte do governo e garantiam a continuidade do plano de desenvolvimento econômico com um grau de insurgência menor por parte da população que passava a acreditar nas propostas desenvolvimentistas do governo autoritário. Verificamos, também, as principais medidas adotadas no período na educação de Primeiro e Segundo Graus, com especial destaque para o MOBREAL, assim como as principais medidas adotadas para o ensino superior, que alternavam entre momentos de afrouxamento nas questões políticas, com medidas de profunda repressão.

Palavras chave: Políticas Públicas. Educação. Discurso. Reprodução Ideológica.

1 INTRODUÇÃO

¹ Doutorando e Mestre em História pela UFES. Professor do Curso de Direito da Universidade Vila Velha – ES. Bolsista da CAPES.



O regime autoritário implantado no Brasil a partir de 1964 promoveu um cenário de grandes transformações socioeconômicas no país, que geraram modificações na forma de ser, de pensar e de agir do povo brasileiro. Coube à Educação, assim como a outros órgãos de

reprodução das Ideologias do Estado, o papel de operar as transformações do novo regime, através de reformulações nas políticas para a Educação, implantadas pelo governo, para operar a dominação das massas e, desta forma, obter a legitimidade das reformas adotadas no seio da ditadura.

As principais mudanças que ocorreram no campo da educação, no período do Governo Militar, deram-se fora do governo do presidente Ernesto Geisel, especialmente no que dizia respeito às leis que regiam o Ensino Superior e o Ensino de Primeiro e Segundo Graus. Porém, ficaram guardadas para o seu governo algumas medidas de ajustes dos planos de educação à nova conjuntura socioeconômica que se formava a partir de 1974.

Não se pode deixar de destacar também que, nesse período, várias transformações se deram no campo da política que impulsionaram outras transformações, principalmente no campo da educação superior, em que o *locus* de discussões se fazia com maior contundência. O ensino superior estava na agenda dos presidentes da Nação no final dos anos de 1960 e toda a década de 1970, cuja principal pauta de discussões estava em torno do acesso à universidade e a democratização do ensino superior. Outro campo em que a atuação do governo se deu com grande destaque foi a Educação de 1º e 2º graus, na qual se intensificaram as ações voltadas para uma educação de caráter tecnicista, deixando de lado o caráter propedêutico da educação.

Assim, várias políticas foram implantadas e vários acordos foram firmados no país, podendo-se apontar com maior destaque na área da educação o acordo MEC-USAID, entre o Brasil e os Estados Unidos, a lei número 5.540/68, que versava sobre o Ensino Superior e a lei número 5.692/71, que tratava das reformulações para o ensino de primeiro e segundo graus, que inseriram uma série de modificações no Sistema de Ensino Brasileiro.

2 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E AS REFORMAS DO ENSINO

O governo Geisel inaugurava uma nova fase política e iniciava um processo de afrouxamento das medidas autoritárias e coercitivas dos governos anteriores. Esse processo de afrouxamento recebeu o nome de Distensão e tinha como objetivo a flexibilização política com vistas à recuperação da credibilidade adquirida para a manutenção da hegemonia conquistada e que se enfraquecia com o final do milagre brasileiro. O governo passava então a negociar com a elite

política algumas de suas exigências, a fim de ampliar sua base de sustentação e, conseqüentemente, garantir o controle da sociedade civil a partir da aplicação seletiva do uso da coerção (ALVES, 2005).

Para o governo, era necessária uma abertura política, ainda que de forma consentida, para acalmar a população que começava a se insubordinar com as medidas econômicas adotadas, como o aumento dos índices inflacionários e com o crescente desemprego.

O Brasil saía de um processo de euforia com o "milagre brasileiro" e entrava em uma nova fase, a fase do "Brasil potência". Para o governo, essa era a hora de crescer, ainda que ignorando alguns conflitos econômicos internacionais. O país já não era mais o país do "milagre brasileiro" entre os anos de 1969 e 1973, uma nova realidade se fazia emergente e o nível de insurgência da população crescia em todos os campos, com reflexos, principalmente, nas eleições, em que o partido do governo sofria constantes derrotas.

O governo, então, adota uma série de políticas, com a finalidade de conter os ânimos da população descontente. Podemos apontar como principais ações do governo no campo da educação o II Plano Setorial de Educação e Cultura (PSEC) que, embora subordinado ao II PND, apresentava um discurso muito mais conservador. Alguns fatores que contribuíram para essa distância entre os dois planos eram que durante o período do regime militar, o Ministério da Educação e Cultura teve sempre militares à frente de suas pastas, enquanto os Ministérios da Economia e do Planejamento tiveram à frente de suas pastas representantes civis, motivo pelo qual havia tamanho distanciamento entre seus discursos.

As principais diretrizes do II PSEC, ainda se relacionavam aos ideais de um Brasil potência, que precisava crescer e, para tanto, necessitava de um exército de mão-de-obra qualificada para atender a essa demanda do mercado, ainda que para isso fosse preciso adequar todo o sistema de ensino ao sistema ocupacional.

Para tanto, fica explícita a preocupação do governo com medidas que visam a solucionar o problema educacional, não pelo viés da qualidade, mas sim pelo da quantidade. Para Germano (1994: 234), "[...] eram metas a serem alcançadas atingir 90% da população na faixa etária de 7 a 14 anos; assegurar a expansão qualitativa e quantitativa do ensino de 1º e 2º graus; e o ensino superior com ênfase nos cursos de pós-graduação".

Podemos citar duas medidas de grande destaque nesse período que iam ao encontro das necessidades enfrentadas pelo governo para atender à demanda de mão-de-obra qualificada. Uma delas, relacionada à população de mais baixa renda, focava a expansão do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), como forma de resolver os graves problemas de analfabetismo que, no período entre 1976 a 1979, apresentava um ligeiro crescimento em relação aos anos anteriores. Afinal, “[...] o estabelecimento e funcionamento do MOBRAL e dos supletivos, ainda que paternalísticos, podem se constituir em formas apaziguadoras de aspirações educacionais das classes subordinadas – trabalhadores do campo e da cidade” (COVRE, 1983: 226).

O Mobral, desta forma, desempenhava um duplo papel diante das expectativas geradas pelo regime. Ao mesmo tempo em que servia de base às transformações ideológicas suscitadas pelo governo, agindo nas camadas mais pobres e, conseqüentemente, entre as camadas mais ignorantes, servia também como suporte às questões educacionais no preparo de uma mão-de-obra mais qualificada para um sistema capitalista em franca expansão. Desta forma o governo agia ao mesmo tempo em duas áreas de interesse social, dando a formação básica para parcela da população que não tinha acesso aos bens culturais como a educação, e habilitando grande parcela da população que não tinha acesso ao trabalho por falta de escolaridade e preparo profissional.

É preciso destacar, ainda, que as medidas adotadas pelo governo para a elevação do índice de escolaridade e redução do analfabetismo entre as camadas mais pobres da educação não estavam centradas somente na necessidade de formação profissional para atender ao mercado, ou na intenção de promover a inclusão social através da educação. Muito mais que isso, para esses governos, a educação era vista como uma estratégia de dominação social que se materializava através da difusão da Doutrina de Segurança Nacional que encontrava seu *locus* mais promissor nas salas de aulas das populações de mais baixa renda e principalmente no nordeste do país. Conforme Covre (1983: 232):

O MOBRAL realiza, junto com o processo de alfabetização, todo um trabalho ideológico de aceitabilidade do modelo existente. Em regiões mais conflituosas, tende a neutralizar ou detectar anteriormente os conflitos sociais, tentando neutralizá-los, controlá-los.

Uma segunda medida foi o incentivo do governo na criação de cursos de pós-graduação, principalmente para as áreas de educação, medicina e engenharia, ficando para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a missão de organizar e fiscalizar a formação desses cursos. Segundo Bomeny (2002: 97)

As orientações estão expressas na intenção de consolidar as bases institucionais do sistema de pós-graduação, no aprimoramento da qualidade dos cursos em funcionamento, na ampliação de eficiência do sistema vigente e na promoção de um crescimento planejado do próprio sistema.

Era preciso desenvolver a Nação, e o viés da qualificação da mão-de-obra e a formação de recursos humanos era a opção mais acertada. Porém, paralelamente às medidas adotadas pelo governo, uma nova realidade emergia no campo educacional e à proporção que aumentava a qualificação dos profissionais da educação e o incentivo à pesquisa, uma nova mentalidade ia se formando e novos questionamentos acerca da política iam se concretizando culminando em seminários, congressos e encontros em que se discutiam, além de problemas específicos às áreas da ciência e da educação, os problemas brasileiros. Assim, Germano (1994: 150) afirma que:

[...] ao lado da censura e da repressão ao ensino, da vulgarização das Ciências Humanas e de uma produção acadêmica medíocre, empirista e despojada da perspectiva histórica, surge uma prática acadêmica vigorosa e crítica de inegável repercussões políticas.

Podemos citar como alguns dos principais encontros, o seminário denominado História e Ciências Sociais, realizado na Unicamp em maio de 1975; a reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) em 1977; e em 1978 o I Seminário Brasileiro de Educação, realizado na cidade de Campinas. Todos esses eventos tinham em comum um forte questionamento às políticas implantadas no governo militar e entre outros, as políticas educacionais adotadas no seio da ditadura militar, como a reforma do ensino superior e a tecnificação do ensino através da lei 5692/71, além de reivindicação das perdas salariais e de condições de trabalho que foram sofridas durante o período da ditadura.

3 AS REFORMAS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO DE 1º E 2º GRAUS E O ENSINO SUPERIOR

Na Educação, as duas medidas mais importantes diziam respeito à lei 5.540/68, que determinava as diretrizes a serem seguidas pela educação de nível superior, e à 5.692/71 que dizia respeito à educação de primeiro e segundo graus, ambas aprovadas fora de seu governo, mas que traziam as marcas da ideologia que orientaria todo o governo militar.

Produzida em um momento de maior conturbação política, a lei nº 5.540/68 foi publicada em 29 de novembro de 1968, momentos antes da promulgação do Ato Institucional Nº 5, como forma de antecipar as medidas que vinham sendo discutidas por intelectuais e estudantes. Tal lei tinha como objetivo solucionar certos problemas que emergiam no seio das Universidades públicas e que traziam descontentamento para professores e alunos. Dentre os itens que provocavam maior desgaste para essas classes estavam o regime de Cátedra, para professores e o número de excedentes nos exames vestibulares das instituições públicas.

Sobre a lei 5.692/71, podemos afirmar que esta se configura em um contexto diferente da anterior, uma vez que o Brasil encontrava-se em plena euforia com o crescimento da economia apresentada sobre égide do “milagre brasileiro”. Porém, essas medidas, se atendiam a uma realidade emergente, tornava o ensino no Brasil tecnicista, abandoando certo caráter humanista adquirido com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBE- 4024/61)².

Sobre as três leis que regeram a Educação nesse período, Covre (1983:211) faz a seguinte reflexão:

A inspiração liberalista que caracterizava a Lei 4.024/61 cede lugar à tendência tecnicista das Leis 5.540 e 5.692. Enquanto o liberalismo põe a ênfase na qualidade, ao invés da quantidade; nos fins (ideais) em detrimento aos métodos (técnica); na autonomia versus adaptação; nas aspirações individuais ao invés das necessidades sociais; e na cultura geral em detrimento da formação profissional, com o tecnicismo ocorre o inverso. Ora, enquanto os princípios da lei 4.024 acentuavam os primeiros elementos dos pares de conceito acima enunciados, os princípios das leis 5.540 e 5.692 inegavelmente fazem a balança pender para o segundo. Assim, o princípio da não duplicação de meios para fins idênticos, com

² A lei 4024/61 foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que vigorou até a promulgação da lei 9394/96 aprovada pelo Congresso Nacional. Vale-nos apontar que no decorrer desse período essa lei sofreu alterações que atendiam às necessidades políticas do governo instalado pela ditadura militar, como 5540/68, lei da Reforma Universitária, que tratava exclusivamente da Educação Superior, e da 5692/71, lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus, que versava somente sobre a Educação básica. (SAVIANI, 2002).

seus corolários tais como: a integração (vertical e horizontal), a racionalização-concentração, a intercomplementariedade, o princípio da flexibilidade, da continuidade-terminalidade, do aproveitamento de estudos, etc., bem como medidas como a departamentalização, a matrícula por disciplina, o sistema de créditos, a profissionalização do 2º grau, o detalhamento curricular e tantas outras, indicam uma preocupação com o aprimoramento técnico, com a eficiência e produtividade.

No que diz respeito ao Ensino superior, as atenções do governo Geisel estavam voltadas à reestruturação da matriz educacional, que apresentava um número muito grande de cursos ofertados, mas que, em grande parte, não possuíam qualquer regulamentação por parte dos órgãos do governo. Para o ministro da educação e cultura Ney Braga era preciso disciplinar o processo de expansão do sistema de ensino superior, através do uso de instrumentos que promovessem a elevação da qualidade do ensino (BOMENY, 2002).

Outra preocupação do governo Geisel estava na expansão dos programas de pós-graduação, que visavam a uma só vez o desenvolvimento das ciências e a formação de novos docentes como forma de melhorar o desempenho da própria graduação. Além disso, um elemento, adicionado às medidas anteriores, foi a necessidade encontrada de formar Recursos Humanos e de um quadro técnico especializado da burocracia.

Assim, podemos encontrar no presidente Ernesto Geisel uma destacada preocupação com os caminhos da Educação Superior, que o apontaria como um governo que apresentava fortes intenções de estabelecer um controle da expansão desordenada do Ensino Superior no país.

Porém, é preciso destacar que, da mesma forma que nos governos anteriores, havia por trás das mudanças implantadas na educação, uma forte ideologia de dominação de classe que tornava o ensino superior um instrumento de perpetuação das elites nas camadas mais privilegiadas da população, assim como instrumento de aspiração a essa ascensão da classe média que via, no ensino superior, uma forma de pertencimento à elite nacional.

Nessa perspectiva, podemos observar a expansão do espaço universitário através do processo de privatização do ensino superior como forma de garantir vagas nas universidades para parcela dos excedentes nos vestibulares das universidades públicas. Assim, através da concessão de bolsas de estudos oferecidas aos estudantes carentes em troca de incentivos às instituições privadas de ensino, o governo ia ganhando força e garantindo sua legitimidade diante da classe média insatisfeita (COVRE, 1983).

É preciso destacar, no entanto, que ainda que o governo procurasse o desenvolvimento do ensino superior no país, ficava claro que se formavam dentro do campo acadêmico dois universos distintos quanto ao nível do ensino aplicado. Um deles estava postado nas instituições de ensino públicas, de melhor qualidade e voltado para uma clientela formada por estudantes pertencentes à elite. O outro, nas escolas particulares, com menor investimento nos campos da pesquisa e, conseqüentemente, com uma menor qualidade de ensino, voltado para as classes menos privilegiadas da sociedade, mas que viam no ensino superior uma forma de ascensão social (GERMANO, 1994).

A distinção existente entre esses níveis acabava provocando uma exclusão social, uma vez que a universidade pública, que deveria atender às camadas de mais baixa renda, ficava restrita a estudantes das classes privilegiadas, deixando de fora da educação superior parcelas consideráveis da população que, mesmo tendo acesso à educação particular, não podia dela fazer parte por não conseguir pagar as mensalidades cobradas pelos cursos oferecidos. Sendo assim, a educação superior no país se caracterizava como uma educação de elite, agindo a favor da manutenção da classe burguesa no poder.

Por outro lado, durante todo o regime militar, o governo exerceu, nas universidades, uma forte vigilância ideológica, proibindo, dentro de seu interior, discussões políticas ou que atingissem a imagem do governo, além de promover prisões arbitrárias de estudantes e professores sem aviso prévio e a aposentadoria compulsória de professores que, de certa forma, agiam subversivamente ao regime. Conforme ADUSP (1979:51):

Como os critérios que norteavam os dois decretos de aposentadoria e demissão não obedeciam a nenhuma lógica aparente e como esse tipo de punição ao permite nenhuma defesa, ninguém se sente totalmente seguro, nem mesmo os professores sem qualquer atuação política.

Instalava-se no interior de algumas universidades um verdadeiro regime de exceção³, implantado por reitores indicados pelo governo para coibir as manifestações políticas e sociais que poderiam surgir dentro das universidades.

³ Ao Regime impunha-se desenvolver estratégias para neutralizar a infiltração e a guerra psicológica levada a efeito pelo inimigo (o comunismo): propaganda e contrapropaganda, ideologias tentadoras e slogans sugestivos para uso interno e externo, persuasão, chantagem, ameaça e até mesmo terror (ALVES, 2005: 49).

Desta forma e sob a autoridade do poder adquirido, muitos reitores faziam uso dessa autoridade para perseguir seus desafetos políticos num verdadeiro processo de caça às bruxas. Como afirma Alves (2005: 14)

Infelizmente não se trata de denunciar uma omissão ou uma conivência da Reitoria ante uma violência externa que se dirige contra a Universidade. Muito mais grave, do ponto de vista da integridade da instituição, foi o estabelecimento, pelo Reitor, de um mecanismo interno de “caça às bruxas”, reunindo, na própria Universidade, um grupo que buscava, na ligação direta com os órgãos de segurança, realizar um expurgo pautado sobre critérios pessoais de “pureza revolucionária” e feito sob medida para permitir aos setores conservadores o monopólio do poder na USP.

Uma estratégia adotada nas universidades para contenção das manifestações políticas que emergiam cada vez mais em seu interior não surgiu através da coerção, como havia se tornado praxe durante o regime militar, mas sim através de um processo de dominação ideológica, com a criação e implantação nas universidades da disciplina de Estudos dos Problemas Brasileiros (GERMANO, 1994).

Essa disciplina foi incorporada ao currículo do ensino superior no Brasil para promover as discussões políticas e sociais sob a ótica da Ideologia da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento e divulgar as ações do governo. Além disso, visava desmobilizar os possíveis focos de manifestações contrárias ao atual regime através da propaganda positiva e do conhecimento parcial do que era desenvolvido pelo regime. Covre (1983: 200) afirma que:

O Estado “educador” tentará impregnar todos os seus aparelhos da “apoliticidade” de que se pretende impregnado. Assim, os universitários não deverão exercitar política em seus diretórios acadêmicos. Cuida-se que os estudantes não atuem em grupo, enquanto categoria (que se expressa a UNE, e sabe-se do papel político que ela exerceu até 64), mas enquanto “cidadãos” que devem dar vazão à expressão política nos partidos.

No que diz respeito à educação de 1º e 2º graus, a grande preocupação do governo era com a formação de recursos humanos de nível técnico para atender à demanda de mão-de-obra gerada por um país em desenvolvimento econômico, o que estava totalmente de acordo com as propostas na Lei 5.692/71.

Não havia por parte do governo a intenção de promover uma reforma abrangente na matriz educacional, visto que esta atendia aos anseios de uma educação que formava jovens para o mercado de trabalho, maior preocupação de um governo que via na formação de mão-de-obra

qualificada a solução para os problemas institucionais. Desta forma, verificamos que por toda a década de 1970, o tema que norteou as políticas para a educação, principalmente com relação ao ensino de segundo grau, foi a profissionalização do ensino, sendo essa a decisão governamental de maior impacto (BOMENY, 2002).

Outro aspecto a se destacar no tocante à ausência de mudanças profundas no campo educacional pode ser relacionado ao papel de aparelho Ideológico que desempenhava a escola no processo de dominação que a elite empresarial exercia sobre a classe trabalhadora. Era preciso manter a ordem social funcionando e para isso a escola era parte importante nesse processo hegemônico, pois como afirma Mochcovitch (1998: 37) “[...] a hegemonia das classes dominantes, como já se viu, significa, sobretudo, direção cultural, direção ideológica em todos os níveis da vida cultural e social”.

Nas salas de aulas, a formação de professores atendia cada vez mais aos interesses das classes dominantes, uma vez que o ensino superior mais despolitizado, transformava os futuros professores apenas em técnicos da educação. O reflexo desta educação despolitizada adentrava as salas do ensino de primeiro e segundo graus formando alunos desprovidos de qualquer senso crítico, incapazes de levantar bandeiras contra o atual sistema (IANNI, 1986).

A escola funcionava, assim, como lócus da formação de mão-de-obra para o mercado e instrumento de assujeitamento das camadas sociais menos favorecidas, atendendo de forma passiva e de certa forma pacífica aos interesses do capital internacional associado. Nesse sentido, assimilamos o pensamento de Gramsci (apud MOCHCOVITCH, 1998: 55), quando ele afirma que:

[...] a escola profissionalizante é uma forma imediatista de sujeitar a socialização das crianças e dos jovens, a formação dos homens, à lógica da produção e, portanto, à lógica do capital, o que resulta, nas sociedades capitalistas, enrijecimento das diferenças sociais.

Assim é que, através do discurso de uma educação voltada para a classe trabalhadora, a fim de resolver os problemas das desigualdades sociais através da formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho, o governo vai produzindo cada vez mais essa desigualdade, gerando um exército de trabalhadores de reserva, aumentando ainda mais a exclusão social.

Outras medidas importantes adotadas pelo governo Geisel visavam à transferência do ensino de primeiro grau para os municípios, apontados como instâncias mais indicadas para entender as necessidades educacionais locais, além de promover uma descentralização dos recursos aplicados. Para Germano (1994: 239),

Uma das estratégias mais importantes adotadas na área educacional pelo governo Geisel diz respeito à chamada municipalização do ensino, impulsionada a partir de 1975. Tal estratégia é significativa porque combina uma justificativa participacionista e democratizante com uma prática de transferir aos municípios os encargos, cada vez maiores, com o ensino de 1º grau, como, aliás, previa a Lei 5.692/71.

Assim, foram criados dois grandes programas, como o Projeto de Coordenação e Assistência técnica ao ensino municipal (Promunicípio) e o Programa de Expansão e Melhoria da Educação no Meio Rural do Nordeste (Edurural). Esse último identificado pelo MEC como uma forma de “descentralizar” e “democratizar” o sistema educacional no país.⁴

O incentivo às disciplinas como a Educação Moral e Cívica⁵ e Organização Social e Política do Brasil também tiveram destaques nas políticas implementadas pelo governo como forma de conter e controlar os anseios da população por mudanças sociais diante da crise que apresentava ao país após o “Grande Milagre”. Assim aponta Bomeny (2002: 101),

Na pasta da educação do arquivo Geisel encontramos documentos que fazem menção a essa decisão do regime militar, enfatizando a necessidade de preparar professores-coordenadores capazes de dar aos programas de EMC e OSPB a dinâmica flexível e diversificada que os cursos de vários níveis exigiam.

Dentro da política de liberalização consentida do governo Geisel, era importante a manutenção da ordem social e política e essas duas disciplinas no ensino de 1º e 2º graus, assim como a disciplina de Estudo dos Problemas Brasileiros no ensino superior, eram fundamentais nesse sentido. Para tanto, era preciso a formação de um corpo de professores capaz de ministrar tais disciplinas, levando às salas de aula o discurso do poder constituído.

Com esse direcionamento, nas escolas de nível de primeiro e de segundo graus era vista a figura do professor de Educação Moral e Cívica e de Organização Social e Política do Brasil,

⁴ Era tamanho o interesse do MEC com o item em questão que durante os anos de 1975 e 1978 realizou quatro encontros nacionais sobre o ensino municipal.

⁵ O decreto Lei nº 869, de 12-9-1969, instituiu a obrigatoriedade da educação moral e cívica, disciplina obrigatória e prática educativa em todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País (BOMENY, 2002:101).

que desempenhava o papel de interlocutor das ideias contidas na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento entre o Governo e a população.

Tais profissionais serviam, desta forma, como agentes reprodutores das ideologias da classe burguesa junto à sociedade, reproduzindo seus ideais e contribuindo para a manutenção da ordem social. Desta forma, Estado e sociedade civil caminhavam pacificamente para um processo de abertura controlada e de redemocratização do país. Piotte (apud MOCHCOVITCH, 1998: 20) resume desta forma o papel dos intelectuais no processo hegemônico de uma classe sobre a outra:

Os intelectuais são também os portadores da função de hegemonia que exerce a classe dominante na sociedade civil. Trabalham nas diferentes organizações culturais (sistema escolar, organismos de difusão – jornais, revistas, rádio, cinema – etc.) e nos partidos da classe dominante, de maneira a assegurar o consentimento passivo, ou mesmo ativo, das classes dominadas à direção que imprime à sociedade a classe dominante.

O MOBREAL era visto, também, pelo governo, como forma de controle ideológico das classes menos favorecidas, inculcando no interior dessas classes as ideologias propostas pela Doutrina de Segurança Nacional e, paralelamente, resolvendo um problema social que era a redução do alto índice de analfabetismo e um problema de ordem funcional que era a de formação de recursos humanos para o mercado. Para Covre (1983: 226) devemos ressaltar que:

[...] alfabetizar o homem do campo ou da cidade, veicula-se junto, conteúdos ideológicos de aceitabilidade do modelo de desenvolvimento econômico autoritário da contrarrevolução, na proposta de um Estado que estaria a resolver os problemas para eles, educando-os.

Porém, não podemos deixar de destacar o grande antagonismo que se desenvolveu no campo político no período do governo Geisel, e suas idas e vindas entre profunda repressão política e social, seguidas de atos de liberalização. É no campo deste antagonismo que se dão as disputas ideológicas na educação e, na mesma medida em que o governo acredita na capacidade de propagação da doutrina de segurança nacional e desenvolvimento pelos seus principais agentes; os professores.

Desenvolve-se, neste mesmo, campo uma série de debates e encontros desses profissionais que, impulsionados pelos avanços dos estudos em educação, passam a questionar as políticas

educacionais do governo, levando o debate aos congressos de educação que eclodem com maior frequência. De acordo com Germano (1994: 242-243),

[...] em maio de 1975 realiza-se um seminário na Unicamp denominado “História e Ciências Sociais”, que alcançou repercussão nacional em virtude de ter sido divulgado nos principais jornais e revistas do país,

[...]

A partir de 1974, as reuniões anuais da SBPC – o mais importante fórum acadêmico e científico do país – se transformavam, cada vez mais, em plano de discussão política e oposição ao regime.

[...]

Em 1977, como represália à oposição assumida pela SBPC, o Governo inviabilizou a reunião anual que seria realizada em fortaleza [...] E consequência, a reunião se realizou em clima extremamente exaltado na PUC (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo[...]).

[...]

Em 1978, foi a vez dos educadores se reunirem coletivamente em Campinas-SP, quando se realizou – em novembro daquele ano – um evento de grande significado: o I seminário Brasileiro de educação.

Nas universidades, assim como nas escolas de primeiro e segundo graus, o discurso que passa a tomar conta é o discurso do antagonismo, das forças que disputam seu espaço através da ideologia, ainda que de forma velada por parte daqueles que não eram partidários das políticas do governo.

Ainda que o momento fosse de distensão política, o que já permitia aos professores uma maior dialogação com os alunos no seu lócus de trabalho, esse mesmo momento era marcado por medidas governamentais que lembravam os momentos de maior repressão passados durante o regime, como a morte do jornalista Vladimir Herzog e do metalúrgico Manoel Fiel Filho nos porões do DOI-CODI, ou a edição do Pacote de Abril.

É importante também destacar que o ano de 1978 foi marco importante dentro do processo de mobilização dos professores na luta por melhores salários e condições de trabalho, desencadeando uma mobilização que teve início em São Paulo e depois se expandiu por todo o país.

E é nesse universo de profundo antagonismo que os vários discursos se materializam na fala desses professores, reproduzindo nas salas de aula suas ideologias, transparecendo ou não suas formas de aceitação do regime vigente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode apontar no período Geisel, como foi dito acima, grandes mudanças na educação ou políticas educacionais significativas, visto que seu governo era continuidade dos governos anteriores e se regia pela mesma cartilha da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Suas duas contribuições no campo da educação superior ficaram mesmo, uma para a sua organização, visto que esse segmento da educação vinha crescendo de forma desorganizada nos últimos anos dos governos anteriores em função de uma necessidade que se fazia presente.

A outra, e um pouco mais relevante, estava na formação de mão-de-obra especializada para atender à demanda de um mercado que crescia nos últimos anos anteriores ao seu governo e que continuaria a crescer impulsionado pela ideia de um “Brasil Potência”. Era preciso preparar o sistema educacional, com especial destaque para o ensino de segundo grau e o ensino superior, para a formação de recursos humanos especializados em nível técnico e superior para atender o sistema produtivo, adequando o planejamento educacional as expectativas e necessidades do mercado.

Os investimentos em cursos de pós-graduação ganharam destaque em seu governo e em especial, três áreas foram bastante privilegiadas por essa expansão como a saber: as áreas relacionadas às ciências da educação, as áreas ligadas à medicina e as ligadas ao desenvolvimento através dos cursos de engenharia.

Porém, em nenhum momento seu governo perde de foco a necessidade de se formar recursos humanos para atender à demanda de um mercado em desenvolvimento e para isso era preciso abastecê-lo com mão-de-obra qualificada.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

ARAUJO, Maria Celina. **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – ADUSP. **O livro negro da USP: o controle Ideológico na Universidade.** 2ª ed., São Paulo, 1979.

BOMENY, Helena. Educação e cultura no Arquivo Geisel. In CASTRO, Celso e D' Araújo (Orgs.). **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

COVRE, M. **A fala dos homens: análise do pensamento tecnocrático.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

GERMANO, José Wellington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985).** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

IANNI, Octávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a escola.** São Paulo: Ática, 1998

SAVIANI, Demerval. **Política e Educação no Brasil.** O papel do Congresso Nacional na legislação do país. 5ª ed. Campinas, SP. Autores Associados, 2002.